

A NEUTRALIDADE SUB CONDICIO DA LINGUAGEM DE GOFFMAN

Paolo Totaro¹

RESUMO

Freqüentemente os comentários sobre o trabalho de Goffman aludem a uma neutralidade em suas descrições dos fenômenos sociais. Mas a neutralidade é uma qualidade inalcançável em sociologia e atribuí-la à metodologia de Goffman é um equívoco. Em Goffman, a escolha de um ponto de vista, com a inevitável referência a valores, é sempre presente. Mesmo através dessa escolha consegue colocar o enfoque sobre as características da interação social que ele visa a destacar por meio de representações típico-ideais. Caso se queira chamar de neutral esse tipo de descrição, é preciso especificar que se trata sempre de uma neutralidade com referência a valores, uma neutralidade *sub condicio*.

Palavras-chave: Goffman, Erving, neutralidade da linguagem, epistemologia das ciências sociais.

THE SUB CONDICIO NEUTRALITY OF GOFFMAN'S LANGUAGE

Many comments on Goffman's work allude to his neutrality in describing the social phenomena. But the neutrality is an unattainable quality in sociology and its attribution to Goffman's methodology is a misunderstanding. In Goffman, the choice of a point of view, along with the inevitable reference to values, is always present. Just through this choice he is able to place the focus upon the characteristics of the social interaction he aims to emphasizing through the ideal-typical representations. If someone desires to call neutral this type of approach, it is necessary to specify that it is always about a neutrality with reference to the values, that is a sub-condicio neutrality.

Kew-words: Goffman, Erving, neutrality of language, social sciences epistemology.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as *instituições totais* representam aqueles nos quais, talvez, de maneira mais clara aparece a conceituação metodológica de Goffman. Desde o começo de *Manicômios, prisões e conventos*, ele destaca os pressupostos metodológicos de seu trabalho, consistentes em procurar *definições* de seus objetos

¹ Professor de Matemática Aplicada, Ministero Istruzione, Itália. Doutorando em Ciências Sociais
Email: paolototaro@libero.it

de pesquisa - e dos termos usados para denotá-los - através de *fatos observáveis*. Com isso não se deve crer que Goffman tenha uma atitude positivista de tipo *formal*. De fato, se de um lado ele procura uma definição, por assim dizer, *empirista* dos objetos, por outro é sempre consciente da dificuldade de definir de maneira objetiva e absoluta qualquer coisa. A própria definição de instituição total é um exemplo disso. Configura-se como algo que não pode conduzir a uma rígida *classificação* entre instituições que são totais e outras que não o são, mas a uma aproximativa *comparação* pela qual poderíamos considerar algumas como totais e outras não. O elemento observável que permite essa comparação é o do “fechamento” da instituição ao mundo externo, sua capacidade de absorver a *totalidade* da vida do indivíduo que lhe pertence.

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de “fechamento”. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de *instituições totais*, e desejo explorar suas características gerais. (Goffman, 1974, p. 16).

Também quando fala de seu objetivo de “extrair um perfil geral” das instituições totais, ele esclarece que, dos elementos que configurarão esse perfil, nenhum “parece peculiar” a tais instituições e “nenhum parece compartilhado por todas elas” (Goffman, 1974, p. 17). Portanto, embora ele procure *teorizar*, não visa a individuar *propriedades* dos objetos; embora parta das observações de fatos, sua lógica não é a da *indução*. Seu instrumento teórico não é o conceito de *gênero*, alcançado por um processo de abstração, mas o conceito de *tipo* ou, melhor, de *tipo ideal*. De maneira totalmente parecida à lógica do famoso instrumento metodológico weberiano, ele quer teorizar sobre as instituições totais através de elementos que nelas estão presentes de modo muito marcado, extremando suas características úteis para arranjar um perfil ideal delas.

O que distingue as instituições totais é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa família de atributos. Ao falar de “características comuns”, usarei a frase de uma forma limitada, mas que me parece logicamente defensável. Ao mesmo tempo, isso permite usar o método de tipo ideal, através do estabelecimento de aspectos comuns, com a esperança de posteriormente esclarecer diferenças significativas. (Goffman, 1974).

Essa comparação da metodologia de Goffman com a weberiana é útil para introduzir o nosso argumento. De fato, assim como Weber se encontrou no meio de dois ideais científicos bem estabelecidos e de antiga tradição, como os das ciências *historiográficas* e das ciências *naturais*, ideais opostos entre eles, mas nenhum deles

em grau de satisfazer as exigências da nascente sociologia (Weber, 1974a e 1974b), de maneira parecida Goffman se encontra entre o perigo da prática etnometodológica de não conseguir sair do horizonte cultural do *caso* empírico estudado e o perigo da impositação empírico-analítica de se perder nas abstrações teóricas. De um lado a exigência de *compreender*; do outro a de *explicar*. De um lado, a de entrar no horizonte cultural dos sujeitos estudados; do outro, a de ultrapassar esse horizonte para referências mais gerais, que permitam uma descrição teórica dos fenômenos estudados. Assim como para Weber, as tipologias e a metodologia comparativa parecem ser, para Goffman, a via de saída do *impasse*.

O EQUÍVOCO DA LINGUAGEM *NEUTRA*

Howard Becker (2004) salienta com precisão o nó problemático do trabalho de Goffman e o faz movendo do problema da linguagem. Antes de mais nada, Becker retoma o conceito de *pré-interpretação* como pano de fundo da questão. Cada fenômeno social é já *interpretado*, pelos atores sociais envolvidos nele, antes da chegada do sociólogo. Cada um desses atores usa uma linguagem descritiva do fenômeno coerente com sua experiência pessoal e com seus interesses nos processos sociais. Se trata, então, de uma linguagem que não pode considerar-se *neutra*. Portanto, o problema é como entrar em um horizonte cultural – o do fenômeno estudado – sem ficar preso nisso, como praticar uma linguagem pré-estruturada para compreender o fenômeno e sair fora dessa linguagem quando teorizar. Se não conseguirmos fazer isto, se ficarmos na *pré-interpretação* do objeto social, assumimos o ponto de vista dos grupos humanos *hegemônicos*, a saber, os grupos que conseguem tornar coletiva *sua versão* dos fatos.

Nessa maneira, nunca poderemos conhecer o que fica detrás da *representação* cultural convencional. “O resultado é uma tremenda dificuldade de se encontrar algo de geral sobre o fenômeno”, além das específicas atitudes morais de grupos e pessoas poderosas na sociedade. Não se consegue atingir a maneira como a maioria dos sujeitos vivenciam no cotidiano o problema estudado e, portanto, não é possível fazer nenhuma *generalização* sobre ele. Isso afasta o pesquisador do conhecimento de tipo científico, sendo que “não se pode fazer ciência sem encontrar o que se possa generalizar” (Becker, 2004, pp. 101-103).

O problema acima destacado é particularmente evidente nas instituições totais. Existe uma clara diferença entre sua *realidade* cotidiana e a representação delas proporcionada pelos órgãos oficiais. A equipe dirigente de tais instituições é o grupo social que deve legitimar tal representação. Diz Goffman:

Quase sempre, muitas instituições totais parecem funcionar apenas como depósitos de internados, mas (...) usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas (...). Um freqüente objetivo oficial é a

reforma dos internados na direção de algum padrão ideal. Esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e o que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente. (Goffman, 1974, pp. 69-70).

Para Becker a solução do problema foi encontrada por Goffman através do uso de “uma linguagem científica antisséptica” e “uma comparação de casos imparciais” (Becker, 2004, p. 108). Ele apresenta vários exemplos do uso “asséptico” da linguagem em Goffman. Um destes é “a palavra ‘escalonamento’ (ao invés de, por exemplo, ‘dominação’) para descrever o típico sistema de autoridade de uma instituição total”. Com esse termo se denota uma estrutura social hierárquica liberando-a de possíveis atribuições de juízos de valor, que, ao invés, o termo denominação poderia implicar. “O termo [escalonamento] é neutro”, confirma Becker. De fato, o escalonamento é um fato observável (“quem dá ordens a quem”), enquanto a dominação “inclui, muito pouco abaixo da superfície, um julgamento sobre a adequação moral do arranjo de ordenamento, o que é sempre mais discutível” (Becker, 2004, p. 104).

Mas pode ser verdadeiramente essa “linguagem neutra”, que, para Becker, Goffman teria construído “para discutir as instituições sociais” (Becker, 2004, p. 109), a verdadeira solução do problema da pré-interpretação acima apresentado? Há muito tempo que a epistemologia e a própria sociologia expressam dúvidas fundadas na possibilidade que uma linguagem possa ser *neutra*, sobretudo quando pensarmos na linguagem *natural*, qualquer seja seu uso, mais ou menos “asséptico”. Habermas (2003) destaca como ao executar a operação de compreensão do saber que se encontra pré-estruturado em seu objeto de investigação, o sociólogo desenvolve uma *mediação* entre o próprio horizonte cultural e o do *mundo da vida* do qual seu objeto pertence. Habermas parte da análise proporcionada por Hans Skjervheim (Habermas, 2003, pp. 190-197). Encarando a comunicação que se gera pela “fala”, é possível considerar fundamentalmente de três maneiras as falas que o Outro pronuncia:

- (1) como “simples sonidos”;
- (2) se compreendemos o significado dos sonidos, como fatos, registrando os dados dos quais o Outro fala, o que diz”;
- (3) podemos *pretender conhecer* o que ele diz e então nos colocarmos frente a suas expressões como algo que pode ser verdadeiro ou falso.

Habermas duvida da possibilidade de deixar separados os pontos (2) e (3), como faz Skjervheim. Ou seja, o cientista social, “nem mesmo quando coleta [registra] experiências comunicativas, tem a opção de conceber o expressar-se do seu interlocutor como um simples fato”. Dessa maneira, a mediação hermenêutica inevitavelmente entra em jogo desde o momento em que nos referimos ao significado das palavras. O único caso em que as mediações do intercâmbio intersubjetivo são deixadas de fora dá-se quando “o intérprete limita-se à observação no sentido

rigoroso do termo”, isto é, quando “ele percebe apenas os substratos físicos das expressões sem compreendê-las”. Assim, o cientista social, se quiser atribuir significado às palavras, deve usar um saber pré-estruturado. Antes de ter analisado e identificado em profundidade tal saber, não pode controlar “em qual medida e com quais conseqüências ele, enquanto participante, interage no processo de comunicação (no qual, contudo, havia ingressado só para compreender) e por isso o modifica” (Becker, 2004, p. 191).

Então, qualquer definição, qualquer significação de um objeto social é o resultado de uma mediação cultural. A sociologia não pode assumir nenhum uso da linguagem como neutro, porque seu próprio ato de conhecimento é um ato social, que tem pressupostos e implicações sociais e que se refere a algum horizonte cultural. O assumir a neutralidade de um meio de significação, implica uma *recepção* passiva de seu significado, implica desconsiderá-lo como *problema sociológico*; com isso a sociologia negligenciaria em sua tarefa específica. Essa ciência nunca pode deixar o plano da *reflexão*, da autoconsciência de si mesma em sua ação investigativa. Deve sempre ser acompanhada pela idéia de que sua tarefa é a de explorar as mediações sociais ligadas a qualquer representação do mundo. Dito pelas palavras de Giddens, sua tarefa fundamental é “a explicação hermenêutica e a mediação das formas de vidas divergentes dentro das metalinguagens descritivas da ciência social” (Giddens, 1978, p. 171).

A REFERÊNCIA A VALORES EM GOFFMAN

Além das argumentações, apresentadas acima, que questionam em geral as pretensões de neutralidade em sociologia, existe uma dificuldade particular em defender a tese de que tais pretensões sejam compartilhadas pela metodologia de Goffman. De fato, uma das referências básicas do trabalho de Goffman sobre as instituições totais é o conceito de *tipo ideal*, cuja lógica se apoia mesmo no postulado inicial de que qualquer objetividade é relativa a valores. O tipo ideal é um dos eixos da solução metodológica weberiana à contraposição entre o ideal da *objetividade* científica (ligado ao conceito de *lei universal*) e o da *interpretação* historiográfica, (ligado ao conceito de *compreensão* do indivíduo em sua singularidade).

O conceito de *valor* se tornou em Weber a chave do problema. As ciências sociais têm como objeto de pesquisa acontecimentos que ganham sentido só em referências a valores, por isso uma pretensão de neutralidade, no sentido de objetividade absoluta, não é defendível nelas. A relação com os valores, para o pesquisador, é uma condição obrigatória.

Portanto, uma pretensão de objetividade científica pode ser colocada apenas sendo conscientes de que na base há uma escolha de um ponto de vista cultural, a saber, que tal objetividade é *sub condicio*. Mas os valores não são apenas uma *limitação* da objetividade, uma negação de qualquer pretensão de neutralidade da

sociologia, eles são, também, a base pela qual os fenômenos adquirem um sentido, são também o código cultural pelo qual os acontecimentos podem ser compreendidos. Sobretudo, sendo que o horizonte cultural definido pelos valores é, mais ou menos, compartilhado, estes constituem o pano de fundo que permite *generalizar*, teorizar em uma certa medida.

Se através dos valores se pode compreender, comunicar, é também por *comparações*, a saber, associações e distinções entre os elementos de uma dada representação do mundo, daquela representação por tais valores proporcionada. O ato da *interpretação* de um acontecimento social não é algo que nasce e morre com aquele acontecimento individual, mas se apóia em referências culturais compartilhadas que geram *construções tipológicas*. As tipologias, em Weber, tornam-se um instrumento de referência teórica através do *tipo ideal*. Quando o cientista social, trabalhando com as tipologias, consegue retirar delas um quadro *ideal*, com um sentido coerente em cada seu aspecto, ele dispõe de uma referência *interpretativa* para uma *multiplicidade* de fenômenos. Dispõe de algo que conserva as conexões de sentido próprias do agir *individual*, embora se refira - enquanto exemplo ideal - a uma *generalidade* de fatos sociais.

Eis que *interpretação* e *generalização* no *tipo ideal* encontram uma *mediação*. A compreensão das *conexões de sentido*, fundamental para a sociologia, pode sair do mundo único e não repetível do indivíduo histórico, para constituir um esquema de análise *geral* do cientista. O reconhecimento de que a relação a valores é inevitável, que a objetividade é *sub condicio*, constitui a virada que conduz ao conceito de tipo ideal e, com isso, à conciliação entre a necessidade de *teorizar*, que é própria de qualquer ciência, e a de *interpretar*, que é própria da sociologia.

Admitir a relação a valores na consideração sociológica dos fatos, não pretender sua neutralidade, é o primeiro passo para usar sabidamente o tipo ideal. Becker acha legítimo atribuir uma neutralidade à linguagem de Goffman destacando que “[ele] nunca usa juízos de valor; não denuncia explicitamente as práticas que suas descrições nos fazem querer denunciar, nem usa adjetivos e advérbios que traíam um ponto de vista negativo sobre elas” (Becker, 2004, p. 104). Mas isso não significa ser neutros, significa apenas não assumir *um* dos pontos de vista sobre os acontecimentos descritos como fosse o único aceitável, o bem frente ao mal. Não é que fora de um ponto de vista expressado por juízos de valores explícitos tenha-se a *neutralidade*. Fora dele pode se ter apenas outros pontos de vista, outros valores, mesmo não sendo acompanhados por abertas declarações de aprovação ou de desaprovação do que se observa. Também quando nos encontrarmos frente à *descrição* mais asséptica, no momento no qual esta permita uma compreensão, já uma pré-interpretação está operando, revelando-se não através de juízos declarados, mas através de *escolhas* entre as possíveis *representações* dos acontecimentos.

O próprio termo “escalonamento”, mencionado por Becker, não é neutro. Com certeza, é um termo que, sendo quase um neologismo, está pouco enraizado na cultura social e, por isso, menos envolvido com a história dos interesses de grupos e classes do que a palavra “dominação”, à qual Becker o compara. Aliás, denota algo

de mais diretamente observável e, nesse sentido, mais objetivo que o conceito de dominação. Porém, de qualquer forma, tenciona valores, pontos de vista. Sua escolha tende a destacar o aspecto *hierárquico* da estrutura social das instituições totais. Goffman poderia ter, por exemplo, usado conceitos nesse sentido mais *neutros* como os de *diversidade de papel* ou de *função*. Mas ele quer focalizar a atenção sobre o aspecto do *poder de controle* interno aos papéis e às funções observadas: “Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão” (Goffman, 1974, p. 18). Um controle que não é simples monitoramento, mas que tende a assimilar-se àquele que o *homo faber* tem sobre os objetos, as coisas inanimadas, um controle que tensiona uma *reificação* do “material humano” com o qual os supervisores trabalham (Goffman, pp. 70-75). O fato de Goffman não exprimir juízos de valores, em termos de *bem* e *mal*, sobre esse tipo de poder, não significa que sua comunicação escape da referência a valores comuns, não significa que não sejam estes o pano de fundo que lhe permite de ser entendido pelos leitores na representação que ele dá dos fenômenos descritos.

Também o termo “fechamento”, que em Goffman mais caracteriza o *perfil* da instituição total e que, por isso, é a base de sua descrição típico ideal, expressa de maneira clara *uma* escolha entre outras possíveis. Por que falar das barreiras que isolam fisicamente as instituições totais (portas fechadas, paredes altas, etc.) como de instrumentos de fechamento e não, por exemplos, como meios para *proteger* os internados da sociedade externa, ou, ao contrário, a sociedade externa dos internados, conforme os diversos casos de instituição total dos quais se trata? Todavia é exatamente assim que muitas pessoas entendem essas barreiras. Quem pode negar que é opinião geral que elas, no caso dos quartéis, tenham a função de proteger de *ataques externos* os militares e não de fechá-los em um lugar? Até mesmo no caso dos presídios, não são poucos os que defendem a tese de que as barreiras que isolam os cárceres tenham a função de proteger a sociedade civil da violência dos presos e que o seu *fechamento* (confinamento) é apenas uma consequência dessa exigência primária. Para falar de fechamento – tanto no caso dos quartéis quanto no dos presídios, atribuindo à palavra o mesmo sentido em ambos os casos – precisa-se deixar de lado o ponto de vista do “proteger” para assumir um outro, como, por exemplo, o ponto de vista usado por Goffman ligado ao conceito dos internados como “material humano” que deve ser *trabalhado* pela equipe dos supervisores.

De fato, a *reificação* das pessoas obtida através da coação exige que essas sejam fechadas em um determinado lugar: para ser fisicamente manipuláveis devem ser privadas da liberdade de afastar-se de uma determinada área que garante essa alcançabilidade física. Apenas assim considerados, quartéis e presídios se tornam realidades homogêneas, caracterizadas por um denominador comum.

Mas o reconhecimento de que a tipificação operada por Goffman é orientada a valores reduz a qualidade científica de seu trabalho? Absolutamente não. Muitas vezes Goffman foi apontado como o herdeiro de Simmel e o melhor interprete

contemporâneo de sua *sociologia formal* (cf. Smith, 2004). Simmel destaca como o ordenamento tipológico, apesar de ser expressão de *uma* maneira de representar o mundo, seja também o meio pelo qual os processos sociais produzem suas formas específicas de generalização e de formalização dos conceitos da experiência intersubjetiva. O máximo nível de formalização científica alcançável pela sociologia se encontra, portanto, mesmo no encaixe cultural por tal ordenamento proporcionado.

Para defender sua tese, Simmel (1973) parte de um ponto de vista kantiano. Kant, como se sabe, funda nas *formas a priori* a capacidade humana de ordenar os dados dos sentidos de maneira espaço-temporal e conforme uma coerência lógica. Este ordenamento não é uma operação da *razão discursiva*, mas é um ato imediato, *intuitivo* da mente, que, enquanto percebe, ordena e que não pode perceber sem, contemporaneamente, ordenar. Ora, também o mundo social, assim como o natural, apesar da extrema variedade e multiplicidade de suas manifestações, tem algo de estável, de comum a todas as experiências que os homens têm daquele mundo, que é o que permite aos homens mesmos a comunicação e a interação. Portanto, para Simmel, parece legítimo perguntar-se “que elementos gerais *a priori* hão de servir de fundamento, que supostos hão de atuar para que os processos singulares, concretos, da consciência do indivíduo sejam verdadeiros processos de socialização” (Simmel, 1973, p. 67).

A resposta para esta pergunta abre a via para considerar o ordenamento tipológico como uma inevitável forma cognitiva dos processos intersubjetivos. A imagem que nós temos de uma pessoa se constitui por semelhança conosco, reconhecendo nela as mesmas experiências que nós mesmos vivemos. Mas disso decorre que nunca podemos alcançar um conhecimento total do outro, porque isto implicaria uma igualdade *perfeita* com ele. A consequência desta impossível identificação total “é, em todo caso, uma generalização da imagem espiritual do outro, uma confusão de contornos que põe em relação com outras imagens, que deveria ser única (...) Apesar de sua singularidade, pensamo-lo [o outro] colocado sob uma categoria que certamente não coincide totalmente com ele” (Simmel, 1973, p. 69). Ou seja, a construção das imagens sociais acontece por tipologias. Construção a qual estamos constringidos pela existência de uma parte dos conteúdos humanos que, por cada um de nós, resulta *alheia*, inalcançável. Então, as tipologias nos fornecem esquemas mentais nos quais enquadraremos pessoas e acontecimentos, nos oferecem umas formas *a priori* com as quais conseguimos entender, *ordenar* o mundo social (Simmel, 1973, p. 70).

Como destaca Smith (2004, p. 65), em Simmel há um conflito irreduzível entre a *realidade* e a *vida* de um lado e nosso *conhecimento* do outro, o qual pode oferecer apenas uma representação parcial e idealizada dos objetos de nossa experiência direta:

Há, para Simmel (1973), um conflito essencial entre a realidade e a ‘vida’, e o nosso conhecimento (formado) acerca delas. (...) A realidade social, em sua totalidade e complexidade, é incognoscível, e não está aberta à

“descrição” científica direta. O conhecimento científico é, portanto, inevitavelmente parcial. A produção de conhecimento envolve o ordenamento da realidade pelos conceitos; trata-se, como Simmel observa, de ‘um processo no qual injetamos na realidade uma transformação intelectual *ex post-facto* da realidade imediatamente dada’.

Na visão de Simmel de uma *sociologia formal* essa distância entre realidade e conhecimento se manifesta na *abstração* das formas nas quais se fixa a “sociação”, na idealização delas em configurações típicas. A relação entre *sociologia formal* e *formas* de sociação, que são seu objeto de estudo, é parecida com a que existe entre a geometria e as formas dos objetos materiais. Assim como a geometria abstrai a forma espacial dos objetos concretos representando-os conforme uma perfeição ideal, livre das infinitas *irregularidades* devidas à corporeidade, a sociologia formal “abstrai” das formas típicas de sociação uma representação ideal das mesmas, livre das muitas deformidades ligadas aos “conteúdos” imanentes da real interação humana. Se a tipificação é o *apriorismo* básico pelo qual um ordenamento do mundo social é proporcionado aos atores, é só através da idealização de tais formas típicas que se consegue fixá-las em um modelo bastante estável e coerente para permitir o desenvolvimento do raciocínio teórico. “Os conceitos formais de Simmel são, então, muito similares na concepção (...) aos tipos ideais de Weber” (Smith, 2004).

Para melhor entender a especificidade do movimento que leva à idealização das formas típicas, salienta-se que defini-lo pelo termo “abstração” pode ser desviante. A abstração indica um *isolamento* de elementos comuns a uma multiplicidade de objetos para construir um *universal*. Este último pode não manter as características de objeto, pode ser uma denotação formal que não conserva nada da nossa representação deles. Se definirmos os *metais* como os *condutores elétricos* que não são carvão e que obedecem à II lei de Volta, identificamo-los de maneira objetiva abstraindo deles tais propriedades, mas perdemos, na definição, qualquer referência à representação imediata que temos dos objetos metálicos. Com os tipos ideais isso não acontece, porque nesse caso o processo de idealização *não é uma abstração*, mas uma *extremização* dos conteúdos que se encontram nas tipificações dos valores e da cultura que eles exprimem. O tipo ideal *não é um universal*, mas um *exemplo perfeito* do gênero de objetos a que se refere.

A tipificação está sempre relacionada a valores de referência, mas sua idealização permite fazer teoria, fazer ciência. Valores e teoria, relatividade cultural e ciência são assim duas faces da mesma moeda em sociologia. Os pontos de vista culturais, no próprio momento em que negam qualquer objetividade absoluta, qualquer formalismo universal, proporcionam os materiais trabalhados pela imaginação científica e os processos de idealização teórica. Como a metodologia de Simmel, também a do “seu herdeiro” Goffman mergulha nesse limiar entre forma e conteúdo, nessa consciência de que a relatividade dos valores, dos pontos de vista, é a base sobre a qual construir as representações ideais do material constituído pela sociação. Já nas primeiras páginas da *Representação do eu* (Goffman, 2004, pp. 11-

12) é evidente a função, para os atores, das representações tipológicas. Os participantes de uma interação ordenam suas experiências imediatas dos outros através de uma sistematização dos conhecimentos sociais cujos elementos e cuja construção estão colocadas, em grande parte, além dos conteúdos específicos do *hic et nunc*.

Tomemos o caso de um indivíduo que chegue à presença de outros atores sendo-lhes desconhecido:

os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitem utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados. Podem também supor, baseados na experiência passada, que somente indivíduos de determinado tipo são provavelmente encontrados em um dado cenário social. (Goffman, 2004, p. 11).

Podem também “confiar no que o indivíduo diz de si mesmo ou em provas documentadas que exhibe, referentes a quem é e ao que é”, mas podem fazê-lo apenas se ele é o *tipo* de pessoa confiável e essa - como as outras suas características - só pode ser verificada indiretamente, por meio de confissões ou por meio do que parece ser um comportamento expressivo involuntário que permita atingir o que nele é “verdadeiro” e “real” além das aparências e de classificá-lo em tipologias conhecidas.

Além do mais, se considerarmos o caso de o indivíduo recém-chegado ao cenário da interação ser conhecido pelos outros atores, estes, “em virtude de uma experiência anterior à interação, podem confiar nas suposições relativas à persistência e generalidades dos tipos psicológicos como meio de predizer-lhe o comportamento presente e futuro” (Goffman, 2004). Portanto - quer no caso de o observador não conhecer o indivíduo antes de sua chegada na “cena”, quer no de já conhecê-lo - o ordenamento da experiência do Outro deriva de referências que estão colocadas “além do tempo e do lugar da interação”, em traços típicos que o observador deve individuar ou descobrir nele, podendo estar “dissimulados” pelo seu comportamento voluntário.

A insistência de Goffman, no complexo da *Representação do Eu*, sobre a função *reveladora* que os gestos e as falas *involuntárias* têm para descobrir a *verdadeira* colocação tipológica do Outro, deixa entender a prioridade gnosiológica que as tipologias têm no conhecimento social. A *verdade* da experiência social é apenas a que está em acordo com a ordem tipológica pré-estruturada. O dado comunicado imediata e diretamente pelo Outro não tem validade sem se encaixar em uma *tipificação na qual se acredita*. Colocar-se na posição mais vantajosa possível nessa ordem tipológica é o objetivo de qualquer ator. A descrição da estrutura desse drama, então, não pode não compartilhar com ele o pano de fundo que lhe confere significado. A linguagem não pode não se expressar, desenvolver sua tarefa comunicativa, sem se referir, em uma dada medida, a tal referência tipológica. Caso se queira descrever mais de perto as escolhas interpretativas dos atores, a linguagem

deve atingir seu horizonte de significação; se quiser afastar-se mais do horizonte cultural dos atores, deve atingir a uma tipificação parcialmente externa à interação deles.

De qualquer maneira a descrição acaba por pertencer ao sistema de tipologias. De fato, a própria descrição científica é um fenômeno de sociação que deve participar, de algum modo, ao drama da representação social. Também ela, descrevendo as formas das interações, interage em acordo com uma dada forma. A máxima neutralidade que ela pode alcançar está em referir-se a tipologias interpretativas colocadas o mais distante possível daquelas operantes na interação que é o objeto de sua descrição, mas que, de qualquer maneira, ficam sendo observações geradas de um ponto de vista, de um dos possíveis pontos de vista internos àquele único pano de fundo que é o sistema cultural de uma sociedade. Trata-se sempre de uma neutralidade *sub condicio*.

Não é por acaso que Goffman usa a metáfora da dramaturgia para descrever as estruturas dos fenômenos de sociação. Sendo que o objeto da dramaturgia é a própria *representação*, ele consegue afastar-se o mais possível do ponto de vista dos atores colocando o foque na *estrutura* da representação e não em seu conteúdo. O *jogo do parecer* é desfrutado como a chave narrativa para destacar dinâmicas gerais na interação humana. Contudo, usar uma metáfora para descrever constitui a aberta declaração de que se pode ter a descrição apenas a partir de um ponto de vista, a partir de um tipo de narração, um entre muitos. Goffman, ao estudar as dinâmicas típicas das relações *face a face*, obtém a máxima formalização possível do objeto menos formal possível, o máximo afastamento possível da relação que mais envolve as emoções e a cultura de um sujeito, mas fora do *a priori* tipológico nenhuma comunicação, científica ou não, tem sentido, fora dele nenhuma linguagem pode existir.

CONCLUSÕES

Com freqüência se ouve falar de neutralidade da linguagem em Goffman. Com certeza se trata de uma maneira muito superficial de caracterizar a metodologia desse autor. Tomado *sic et simpliciter*, esse tipo de qualificação de sua metodologia constitui um anacronismo epistemológico. Após a virada pós-empirista de Kuhn, Lakatos e Feyerebend e a virada hermenêutica de Habermas e Giddens, na época da afirmação progressiva do pensamento pós-moderno, falar de neutralidade da linguagem parece verdadeiramente uma ingenuidade. É pensável que grandes figuras da sociologia contemporânea – como o citado Becker – quando falam de neutralidade da linguagem em Goffman o façam, na realidade, não porque acham possível que uma linguagem seja neutra, mas para destacar a capacidade desse autor de afastar-se o máximo possível dos *conteúdos* singulares da sociação para ater-se, em máximo grau, a suas *formas* típico-ideais. De fato, Goffman desfruta da melhor maneira as

soluções metodológicas apontadas por clássicos como Weber e Simmel para ultrapassar a dicotomia entre enunciação teórica e descrição historiográfica, entre objetividade e interpretação, entre explicação e compreensão. Essas soluções se baseiam, em última análise, em olhar aos valores não só como um limite para a objetividade e para a generalização teórica, mas também como um recurso. Os valores, se por um lado tornam relativas as *visões do mundo*, por outro proporcionam a base compartilhada na qual se pode edificar uma limitada objetividade nos processos comunicativos e representativos internos a um grupo humano. O tipo ideal de Weber e o conceito de sociologia formal de Simmel apontam como o sociólogo pode construir representações gerais, narrações com validade teórica, capturando o que de mais enraizado e estável se constitui em um mundo cultural. Não se trata de um processo de abstração do tipo da lógica indutiva, mas de um processo de exemplificação, de idealização dos dados da experiência social.

Se na metodologia de Goffman a escolha de um ponto de vista – e a conseguinte referência a valores – é a condição de sua investigação, seu objetivo é a representação ideal das formas pelas quais tais valores se refletem nos objetos sociais. Em um certo sentido em Goffman – como sempre acontece quando se usam sabidamente os instrumentos hermenêuticos – os meios e os objetos da investigação coincidem. Por um lado, descrevendo as *instituições totais*, ele desfruta o ponto de vista da *reificação*; pelo outro, seu objeto são as maneiras pelas quais essa própria cultura da reificação se fixa nas interações típicas que se geram em tais instituições; o objetivo, em fim, é destacar de maneira típico-ideal as formas que a reificação assume nas concretas dinâmicas sociais. Parte-se da reificação, para voltar às formas pela qual a reificação se realiza, formas expressadas em construções típico-ideais para satisfazer a exigência teórica, assim que seja possível fazer ciência. É obvio que esse esforço de representação ideal deve ser o mais livre possível de juízos de valor e de conteúdos singulares: nesse sentido parece tensionar uma neutralidade descritiva. Mas, na realidade, trata-se de neutralidade apenas no sentido de manter *pura* a representação exemplar das formas nas quais se fixa a sociação, uma representação que, todavia, é preparada pela escolha do ponto de vista e pelos valores que a ela estão ligados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, H.S. As Políticas da Apresentação: Goffman e as Instituições Totais. In: GASTALDO, E. (org.). *Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- GIDDENS, A. *Novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

- _____. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- HABERMAS, J. *Teoria dell'azione comunicativa*. v.1, Bologna: Il Mulino, 2003.
- SIMMEL, Georg. Requisitos universais e axiomáticos da sociedade. In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade*. São Paulo: Nacional, 1973.
- _____. *The Sociology of Georg Simmel*. Glencoe, Ill.:Free Press, 1950.
- SMITH, G. Instantâneos 'sub specie aeternitatis'. Simmel, Goffman e a sociologia formal. In: GASTALDO, Edison (org.). *Erving Goffman: Desbravador do Cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- WEBER, M. L'oggettività conoscitiva della scienza sociale e della politica sociale. In: *Il metodo delle scienze storico-sociali*. Torino: Einaudi, 1974a.
- _____. Studi critici intorno alla logica delle scienze della cultura. In: *Il metodo delle scienze storico-sociali*. Torino: Einaudi, 1974b.

